

RELAÇÃO SAÚDE-EDUCAÇÃO NO ÂMBITO ESCOLAR: UM DIÁLOGO COM ANNA MARIA LUNARDI PADILHA

Ana Kátia Pereira Pinto¹

Anna Maria Lunardi Padilha é professora titular na Universidade Metodista de Piracicaba; pesquisadora em educação especial, inclusão, exclusão social, escolar e práticas sociais e comprometimento de vida na infância e adolescência. Engajada e de uma simpatia suave que a todos conquista, aceitou com muita generosidade o convite para essa entrevista, feito após sua participação em uma banca de defesa de doutorado na Universidade Federal do Espírito Santo. O esperado cansaço pelo turno vencido não fora empecilho para uma conversa curta, porém prazerosa, rica em possibilidades e cheia de vida: que pulsa, que faz brotar ideias que renovam e geram forças. Nessa entrevista, foram abordados temas relativos à relação Saúde-Educação no contexto escolar, à inserção dos profissionais clínicos na escola, aos desafios latentes e às possibilidades vislumbradas.

Anna, você poderia nos contar um pouco sobre sua trajetória na educação especial e a aproximação dessa com a área da saúde?

Na década de 1970, comecei a trabalhar com crianças e adolescentes que me eram encaminhados pelas escolas de Campinas/SP, devido ao mau desempenho escolar. Estávamos diante do fracasso escolar sem que ainda esse nome estivesse tão disseminado. Foi desde essa época que me interessei em estudar o que estava acontecendo com as crianças e as escolas. Pra isso, eu estava sempre em contato com a escola e as famílias, além de ajudar as crianças e os jovens na superação das suas dificuldades. Os deficientes, propriamente ditos, não estavam entre as pessoas que eu atendia. Nesse tempo, eles ficavam escondidos em casa ou estavam nas classes especiais para deficientes. Na década de 1990, fui cursar o Mestrado na Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) para compreender melhor os encam'

¹ Fonoaudióloga. Mestre e Doutoranda em Educação pela Universidade Federal do Espírito Santo. Linha de pesquisa: diversidade e práticas educacionais inclusivas. Bolsista FAPES. E-mail: anakatiapp@bol.com.br

inhamentos para as classes especiais das escolas públicas. Dessa pesquisa resultou o livro “Possibilidades de Histórias ao Contrário ou Como desencaminhar o aluno da classe especial”, pela Editora Summus. Em seguida, já no Doutorado, busquei estudar a deficiência considerada grave e realizei uma pesquisa longitudinal em estudo de caso, o que resultou no livro “Práticas Pedagógicas na Educação Especial”, pela editora Autores Associados.

Refletir sobre a relação Saúde-Educação no âmbito escolar suscita muitos debates. Para alguns, é necessário (e urgente) a inserção de profissionais como psicólogos, fonoaudiólogos, dentistas, entre outros, na equipe escolar, para atuação direta, ou seja, dentro das escolas. Para outros, porém, tal medida poderia fortalecer processos de medicalização/patologização do ensino, já que muitas vezes as triagens, os diagnósticos e principalmente os modos de intervenção podem descaracterizar o espaço – escolar enquanto tal, aproximando-o das clínicas propriamente ditas. Qual sua opinião sobre essa questão?

Bom, tem uma coisa que me parece importante: qual é o papel da escola? Acho que fundamentalmente a gente precisa pensar a partir disso. Qual é o papel da escola? Hoje, na sociedade atual, o papel da escola é a transmissão do conhecimento acumulado pela humanidade na sua mais alta conquista: da leitura, da escrita, do cálculo, da história, da geografia, da ciência, da arte... O papel da escola é esse! Então, as crianças saem das suas casas a fim de ir para a escola para isso, para aprender o que não se pode aprender sem ir à escola. Isso é uma questão! Bom, essas crianças que estão na escola ao lado de serem alunos são pessoas que podem ter algum comprometimento, mental ou físico e por isso, ter necessidade de um profissional especialista, então ele vai precisar de um fonoaudiólogo ou fisioterapeuta ou psicopedagogo ou psicólogo. Essas necessidades humanas que estão dentro da escola porque os alunos estão lá não tem nada a ver com o papel da escola. Tem a ver com as necessidades pessoais de cada um de nós, que precisa daquela especialidade que também é conquista do conhecimento, em relação aos tratamentos, que se diz da saúde, mas que poderiam não ser só da saúde, porque quando se fala de linguagem não é só uma questão da saúde, né! Então, as pessoas que estão na escola podem precisar desses profissionais. São duas questões diferentes. Mas, não é lá na escola que o profissional vai trabalhar com os problemas definitivos ou os problemas eventuais. Existem os problemas definitivos, você ter

nascido cego, surdo ou com uma lesão, é definitivo, então é um trabalho que precisa ser feito. Então, primeira coisa: papel da escola. Segunda: papel dessas especialidades, que são fruto do conhecimento científico e que, portanto, tem seu valor, que muda de época em época, não é sempre o mesmo. A Fonoaudiologia não é a mesma coisa, ela pode ser mais avançada, ou não, a Medicina também, a Neurologia, também. Uma outra coisa é que professores não estejam preparados o suficiente e que precisem de uma espécie de auxílio para lidar com as crianças porque eles não sabem o que fazer.

Essa é uma queixa muito recorrente dos docentes, a falta de formação. Qual sua opinião sobre essa questão?

Eu penso o seguinte: se não sabemos o que fazer, como é que se fala em inclusão irrestrita? Como se fosse uma força oculta que nos dominaria? Mais ou menos assim: se não aprendi a lidar com o aluno surdo, cego, deficiente, cadeirante - porque a gente não pode aprender tudo, não se sabe tudo, e realmente o professor não sabe tudo-, então não se pode esperar que o professor saiba lidar com todas as dificuldades e nem se pode esperar que ele resolva todos os problemas. Então, eu estou falando de várias coisas, uma delas é: o que os profissionais da saúde poderiam fazer na escola? Na minha opinião, eles poderiam ajudar o professor a conhecer o que ele não teve tempo de conhecer na formação inicial dele, mesmo porque a formação inicial já está muito rasa, mal eles aprendem a alfabetizar; se não se ensina mais a alfabetizar na Pedagogia quanto mais vão ensinar outras questões. Isso é uma coisa. Outra coisa, o professor das crianças na escola não é fonoaudiólogo, não é psicólogo, ele também não pode desempenhar o papel que esses profissionais desempenham. Então, esses profissionais têm trabalho sim, não só de orientar o professor, mas de atender essas crianças. Mas, não na escola! Pra mim, é no sistema de saúde, que deveria ser obrigação dos municípios manter nos bairros e em todas as regiões e ter todos os profissionais disponíveis, por exemplo, nos postos de saúde, tem que ter fisioterapeuta, tem que ter fonoaudiólogo, tem que ter psicólogo, atendimento corporal e físico. Bom, tem que ter escola para *braille*, para Libras, e é impossível colocar tudo isso dentro das quatro horas por dia da escola, senão ninguém ensina os conteúdos que tem que ensinar. Inclusão não quer dizer trazer todas as especialidades pra dentro da sala de aula, porque daqui a pouco nós vamos ter mais

especialistas do que professores na escola. Então, é fazer essa separação, só que eu acho, que no fundo, o que prevalece é a má formação dos professores em relação ao seu papel e ao seu limite. Essas limitações existem e ele não pode jogar nas costas do outro, não é um jogar, é dizer: eu preciso de profissionais que trabalhem determinados aspectos nos meus alunos que eu não estou preparado para fazer e que eu não sei fazer: tomando o cuidado pra não nos acomodarmos com o que nos falta conhecer, e, a partir daí, jogar tudo para os outros profissionais. Há muito o que aprender.

E, por outro lado, o profissional da saúde também tem muito a aprender com os profissionais da educação. Pensando em possibilidades de alinhamento dos discursos, práticas, referenciais, como vislumbra esse encontro, em quais espaços, locais?

Para mim, assim, aqueles momentos de estudo, porque o professor também não ganha, e é injusto pedir que ele vá para a escola, mesmo porque ele tem às vezes duas, três escolas para trabalhar, que ele vá fora do horário, por voluntariado. Então, tem que ser nos momentos do planejamento, que são os chamados “Horários de Trabalho Pedagógico” que conforme o estado tem um nome, mas é o horário que o professor tem por lei: três horas obrigatoriamente, que tem sido ocupado, (isso as pesquisas indicam), só para questões administrativas, para dar recados ou planejar festas.... tem sido ocupado também com conversas absolutamente dispensáveis. Poderia ser ocupado para que os profissionais da saúde ajudem o professor a entender o problema de linguagem, o problema neurológico, então esse é um espaço dentro da escola, de formação dos professores. Agora, a escola não pode ficar seu tempo inteiro de planejamento pedagógico para trabalhar essas questões, então, isso não pode tomar todos os horários. Então, eu penso na luta ferrenha, a luta política, pelos postos de saúde, como um real atendimento à população. O posto de saúde tem que ter atendimento para pais, para professores, para alunos, para as crianças, para os adolescentes, orientação sexual, sobre as doenças sexualmente transmissíveis, isso tem que ser dentro do posto de saúde – do Sistema Único de Saúde (SUS). Mas aí, o que acontece? Como na sociedade regida pelo sistema neoliberal – cada um por si, de acordo com seus méritos, as pessoas têm que se virar para aprender a aprender. Dessa forma, não há concursos para contratações desses profissionais em número suficiente. Também não há o costume de se frequentar o SUS ou os programas da

Saúde da Família. É o que se chama Educação em Saúde. Essa disciplina que tem em alguns cursos da área da saúde (e que infelizmente o MEC já vem retirando das graduações, já retirou da Farmácia, da Enfermagem e da Fisioterapia, por exemplo) é de fundamental importância. Ministrei essa disciplina por 13 anos no curso de Fisioterapia. Agora é optativa e perdeu sua força, claro!. Aprendia-se a trabalhar junto da escola, das famílias, das prisões, das comunidades, dos abrigos... Portanto, se você pensar em Posto de Saúde, Associação dos Moradores de bairro, na escola, no Conselho Tutelar, que deveriam manter a vigilância a respeito das crianças, dos adolescentes e dos adultos, deveriam trabalhar junto em cada bairro e aí a gente atenderia a essas necessidades. Fora isso, a escola precisa abrir para aprendizagem daquilo que esses profissionais aprenderam das suas especialidades e que ajudam o professor a entender o que está acontecendo com essas crianças. Precisa ter reunião de pais para se explicar isso, as reuniões de pais que as escolas públicas fazem também têm que ser para os profissionais irem falar: cursos para pais e aquilo que a gente chama de escola bilíngue, por exemplo, que se aprende Libras, Braille, que fique disponível esse aprendizado, de modo que essas crianças fiquem muito mais pertencentes porque as crianças que são ouvintes também aprendem Braille e Libras, etc... Então, se a gente não mudar e não fizer um projeto de transformação da relação Saúde-Educação, a gente vai cair sempre na situação assim: vem resolver meu problema, de imediato, coisas imediatistas, e aí você me ajudou nesse caso, mas eu também não transfiro esse conhecimento, eu quero que você venha me ajudar a resolver o dessa criança e o daquela outra criança, e daquela outra, e outra, e aí eu não sei fazer, você que faça. Quer dizer, você tem o imediatismo e o comodismo. Então, programa de saúde no posto de saúde, programa para instrução dos profissionais da escola, a escola nos postos de saúde e a família nos dois lugares.